

IDEOLOGIA, GÊNERO E A DIVISÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO FAMILIAR INVESTIGANDO UMA INSTÂNCIA DE EXCLUSÃO PSICOSSOCIAL

*Raianne Silva Calixto
João Wachelke*

1. INTRODUÇÃO

Conforme Jodelet (2001), a exclusão admite diversos significados, mas trata sempre de configurações específicas de relações intergrupais e interpessoais e de promoção e manutenção de distâncias, de desigualdades entre grupos. Fenômenos psicossociais que tratam do conhecimento do senso comum, construídos por grupos e também sobre grupos, são foco importante do estudo desses processos, tais como: estereótipos, preconceito, e representações sociais.

Os fenômenos ideológicos consistem em campo pertinente para avaliação da exclusão psicossocial, e as relações de gênero – no presente capítulo, as relações entre homens e mulheres – constituem contexto de disputa e assimetria que acaba por caracterizar a exclusão feminina, na medida em que prescrevem e justificam práticas que sustentam a dominação masculina.

Neste capítulo é relatada uma pesquisa sobre como as pessoas percebem a divisão de atividades domésticas entre homens e mulheres, mais especificamente, uma investigação sobre as opiniões de adultos de uma cidade de médio porte do interior do Brasil, de faixas etárias e condições sociais variadas, sobre quem

deve fazer o quê no cotidiano da vida familiar, abordando a manutenção da casa e o cuidado com os filhos.

Partimos do entendimento de que as atribuições de tarefas domésticas aos gêneros refletem expectativas (descrições e prescrições) de práticas de homens e mulheres, que podem ser explicadas e justificadas de modo ideológico, correspondendo a crenças que sustentam funcionalmente posições de poder desiguais entre os gêneros. Para detalhar o marco teórico, é necessário definir e relacionar entre si pontos-chave como o contexto da família, os conceitos de papéis sociais, papéis de gênero e ideologia.

1.1 Papéis sociais e papéis de gênero

Na psicologia social, papel social é um conceito que se origina de uma metáfora teatral, em que atores executam atividades conforme o que lhes é prescrito por um roteiro. De modo análogo, os papéis sociais prescrevem e explicam comportamentos, presumindo que as pessoas ocupam posições sociais que envolvem expectativas para seus comportamentos e os dos outros, conforme o contexto em que estão (Biddle, 1979, 1986). Assim, papéis sociais são expectativas compartilhadas socialmente aplicadas às pessoas que pertencem a algum grupo social ou têm alguma característica socialmente marcada (Eagly, Wood, & Diekman, 2000). Goffman (2002) aproxima o indivíduo social do personagem de uma peça, que interage com os demais por meio dos papéis que desempenha em instituições ou grupos de que faz parte; o papel constitui a representação de si mesmo perante a sociedade.

As divisões de sexo e gênero constituem uma dimensão importante para diferenciar posições sociais. A teoria dos papéis, portanto, também pode dar contribuições voltadas para as crenças que as pessoas têm sobre as diferenças entre os gêneros e a atuação destes no contexto social, como um esforço para entender as causas das diferenças e similaridades sexuais que se refletem no comportamento social (Eagly, Wood, & Diekman, 2000).

Autores como Eagly e Wood (2012), Matias, Andrade e Fountaine (2011) e Poeschl (2010) utilizam o termo “papel de gênero” para se referirem aos papéis atribuídos a homens e mulheres; também adotamos essa denominação, em detrimento de “papel sexual”, pois, conforme Louro (2003), o termo “gênero” vai além do sexo biológico e se propõe como uma ferramenta de análise social e política que não nega as características biológicas e a diferença dos corpos de homens e mulheres, mas enfatiza a construção social, histórica e política relacionada às características sexuais para redirecionar à dimensão social e as

relações de desigualdade entre os sujeitos. É, portanto, apropriado para nossa perspectiva psicossocial.

Contudo, cabe indicar a necessidade de sofisticar um pouco o entendimento do conceito, para fugir ao risco da analogia teatral pura e simples, tentadora no caso do conceito dos papéis sociais. Esses papéis são construções sociais compartilhadas de descrições e prescrições de práticas a pessoas que ocupam determinadas posições sociais – aqui, posições ligadas à dimensão do gênero – que dirigem a percepção de normalidade e consenso. Referimo-nos a descrições e prescrições pois o entendimento de que tal grupo de pessoas age geralmente de certo modo também implica, socialmente, o entendimento de que o normal, o consensual, é que assim o seja; é assim que deve agir, isto é, temos também uma prescrição de práticas que exerce pressão de norma. E, como trataremos sobre ideologia, a caracterização desses papéis pode contribuir para a manutenção da assimetria das relações de poder entre os gêneros.

1.2 Papéis de gênero na família

Feito esse esclarecimento sobre o sentido de papel social que nos interessa, é pertinente indicar o contexto em que propomos a investigação das relações de gênero. A família permite avaliar as relações entre os homens e as mulheres. Há uma socialização e reprodução predominantes do modelo de família nuclear burguesa, composta por pai, mãe e filhos, modelo que ainda estrutura a sociedade. Embora haja outras configurações familiares e elas tenham mais visibilidade do que em tempos anteriores, o modelo nuclear, apesar de ter sido questionado, não foi substituído, e se mantém através da sua transmissão entre as gerações e pela formação da identidade humana segundo esse modelo (Ponciano & Féres-Carneiro, 2003). Mesmo que esse modelo de família, em que o pai é voltado para o trabalho e a mulher para o lar e os filhos de forma exclusiva, não seja mais hegemônico, essa configuração persiste enraizada ao imaginário social e contribui para estabelecer os papéis de gênero e ideais de casamento (Jablonski, 2010). Para este trabalho, tomaremos como referência o modelo de família nuclear, e pretendemos caracterizar a divisão dos papéis de gênero nessa configuração.

Há diferenças genéticas, biológicas, hormonais, psicológicas e físicas entre ambos os sexos; porém, em sociedades complexas, tais diferenças interagem com a economia e o desenvolvimento tecnológico, gerando uma divisão de trabalho baseada no sexo, reservando às mulheres papéis ligados às funções reprodutivas, e, aos homens, funções ligadas à força e vigor físicos, que foram mais

valorizadas economicamente, resultando-lhes em mais poder e status. Ademais, devido à ocupação com atividades reprodutivas e domésticas, as mulheres tiveram menos oportunidades de desempenhar atividades prestigiadas e produtivas, e essa divisão permaneceu mesmo com mudanças sociais e avanços tecnológicos posteriores, como a valorização do trabalho intelectual e mudanças nos processos de cuidado infantil que poderiam reduzir o fardo feminino, como as menores taxas de nascimento e lactação opcional (Eagly & Wood, 2012; Eagly, Wood, & Diekmann, 2000; Wood & Eagly, 2012). Nas últimas décadas, nas sociedades ocidentais, houve maior escolarização feminina e a inserção das mulheres no mercado de trabalho se intensificou. Porém, tais mudanças não foram suficientes para estabelecer a igualdade de gênero. Tal constatação pode ser percebida através da divisão sexual do trabalho doméstico, que ainda permanece amplamente feminino, bem como na manutenção de valores tradicionais (Simões & Matos, 2010). As mulheres continuam a desempenhar o trabalho doméstico, mesmo que desempenhem estas tarefas como trabalho pago (Bourdieu, 2002; Villas-Boas, Oliveira, & Las Heras, 2014).

1.3 Ideologia e relações de gênero na família

Como as relações de gênero na família tratam também de relações de poder e sua manutenção, o conceito de ideologia mostra-se pertinente. Dentre vários conceitos e sentidos que assume o termo “ideologia”, lidamos com o entendimento de que é uma interpretação que descreve a sociedade e pode levar à ação social que sempre possui efeitos políticos, contribuindo para a manutenção de relações de poder ou sua transformação (Wachelke, 2017). Neste trabalho, a ideologia está refletida em ideias de conservação de relações de poder assimétricas entre os gêneros, compatível com a concepção mais específica de Thompson (2011, p. 76), de ideologias como “maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”.

Conforme Bourdieu (2002), a divisão social com base nos órgãos sexuais é produto de uma construção detalhadamente orientada para a acentuação de alguns aspectos biológicos e obscurecimento de outros. A diferença entre os órgãos masculino e feminino é perceptível e real; porém, a dominação a partir de um princípio que estabelece o masculino como referência que gera a divisão pode ser questionada. A relação de dominação é legitimada pela inscrição da natureza biológica em uma construção social naturalizada, e esse é o fundamento da dominação masculina. O autor afirma que a oposição entre masculino e feminino é inserida em um sistema de oposições homólogas para fundamentar

a divisão das coisas e atividades a partir de classes de equivalências. A divisão entre os sexos é inscrita na ordem social, e as diferenças são naturalizadas. O corpo é tomado como princípio que fundamenta essa divisão sexualizada, pois é a partir da divisão anatômica que a divisão social de gênero se sustenta, por meio de uma operação de extrapolação do anatômico ao social.

Essa perspectiva se relaciona diretamente aos mecanismos ideológicos que funcionam por mecanismos similares, permitindo-nos relacionar ambos os conceitos. O tipo de dominação que a ideologia possibilita é o que Bourdieu (2012) chama de poder simbólico, um poder invisível que “só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (p. 7-8). Então, a ideologia, ao explicar a divisão entre gêneros de modo naturalista, legitima essa diferença e torna a relação desigual de poder entre os gêneros algo aceitável, exercendo força e domínio sem que isso seja percebido. É a forma mais eficiente de poder.

As ideologias legitimam atividades e práticas que passam a ser consideradas típicas de cada gênero no desempenho dos papéis sociais, incluindo aí o interesse especial deste trabalho: as atividades e tarefas domésticas. Estas, por sua vez, reforçam e eternizam os modos de pensar esses papéis. Trata-se de um fenômeno que pode ser analisado conforme a contribuição de Bourdieu (1977), que se refere a um sistema em que práticas sustentam um senso comum que, por sua vez, gerará práticas futuras compatíveis com disposições herdadas. Essas disposições que se situam em condições sociais específicas são os *habitus*, concepções e percepções da realidade social comuns aos membros de um grupo ou classe; esse conceito se aplica bem ao conhecimento e percepções de homens e mulheres na realidade social, o que corrobora a tese da dominação masculina proposta pelo autor (Bourdieu, 2002), em que relações de poder que favorecem os homens, construídas histórica e socialmente, são ocultadas a partir de explicações fundadas em diferenças biológicas que não são responsáveis reais pela valorização relativa das diferenças entre os gêneros – qualidades masculinas sendo mais apreciadas e valorizadas socialmente – e da subordinação de um gênero ao outro. No contexto específico dos estudos feministas, Butler (2003) parece referir-se ao mesmo mecanismo quando aborda a permanência das relações de poder por meio de sua consolidação a partir de performances sociais de homens e mulheres que contribuem para formar crenças que baseiam as ações e promovem consensos, determinando os sentidos vigentes de masculinidade dominante.

1.4 Papéis de gênero e divisão do trabalho doméstico familiar

Para que possamos abordar a desigualdade de gênero na família, é central nos basearmos na divisão do trabalho doméstico, sendo este a chave para a manutenção dessas diferenças. Autores como Araújo e Scalón (2005), Eagly e Wood (2012), Greenstein (1996) e Parsons (1942) apontam que a divisão de papéis na família é centrada no entendimento de que as mulheres são voltadas para o cuidado com a casa e com os filhos e os homens devem prover o sustento, ou seja, a mulher como cuidadora e o homem como provedor.

Houve mudanças ocorridas nas relações de gênero com a maior inserção da mulher no mercado de trabalho e novas configurações familiares, mas ocorreram poucas mudanças na distribuição do trabalho doméstico (Matias, Andrade, & Fountaine, 2011). As esposas são responsáveis por uma carga muito maior de trabalho doméstico do que os maridos, e há uma divisão clara entre tarefas femininas, que incluem lavar, cozinhar e limpar, e tarefas masculinas de manutenção da casa. Mesmo frente a essa desigualdade, a percepção dessa divisão parece operar função ideológica, já que as mulheres tendem a aceitar a divisão como justa (Greenstein, 1996).

Poeschl (2000) realizou estudo com solteiros e casados e observou fraca participação masculina e maior participação feminina nas tarefas domésticas, bem como uma restrição da participação masculina e maior participação feminina nas tarefas domésticas, bem como uma restrição da participação masculina no lar a assuntos como lazer e a parte financeira. A autora concluiu que as mulheres casadas se conformam com o ponto de vista dos homens e tendem a aceitar seu papel na organização familiar, enquanto as jovens solteiras se distanciam de concepções tradicionais, ao apontar posicionamentos mais igualitários tanto em relação ao papel da mulher quanto ao conceito de família; porém, há uma sugestão de que quando forem adultas e mães, as jovens assumirão o pensamento das respondentes adultas. Essa particularidade de posicionamento de jovens foi encontrada também em pesquisa de Villas-Boas, Oliveira e Las Heras (2014), que avaliaram a percepção sobre a divisão de tarefas domésticas no âmbito das famílias de estudantes universitários. No estudo, a maioria das famílias tinham as mães como principais responsáveis pelas tarefas domésticas, mas a maior parte das mulheres jovens rejeitava esse modelo, declarando intenção de adotar futuramente uma divisão igualitária no casal.

Em outro estudo de Poeschl (2010), dois terços dos respondentes afirmaram ser justo que a mulher que não trabalha assuma a totalidade das tarefas domésticas quando o cônjuge trabalha, mas que, em circunstâncias iguais, os homens

exercem metade das tarefas. Aponta-se que, em situação de desemprego, seja justo que um contribua mais da metade que o outro.

Em estudo qualitativo, Jablonski (2010) entrevistou casais que dispunham de situação privilegiada economicamente ao poderem contar com apoio de profissionais diaristas ou mensalistas. Nesse contexto, constatou uma participação masculina no lar mais voltada para cuidados com os filhos, e que a participação dos homens era entendida como ajuda; estes eram coadjuvantes, e persistiam modelos tradicionais de divisão doméstica.

Os estudos empíricos apresentados, em síntese, apresentam resultados complementares: prevalece a divisão de tarefas familiares em que fica a cargo das mulheres e mães a maior parte das atividades, reservando-se aos homens e pais atividades ocasionais, secundárias e suplementares, de cuidado com os filhos. No caso de mulheres com melhor situação econômica, uma estratégia comum é a delegação dessas tarefas a outras mulheres, empregadas domésticas. Entretanto, essa divisão corresponde a um modelo vigente há algumas décadas, justificado pelo papel masculino de provedor exclusivo ligado ao mundo do trabalho. Esse modelo vem sendo questionado pelas novas gerações, pelo menos em termos de práticas discursivas, provavelmente em decorrência da emergência de discussões de gênero e de novas realidades profissionais com a ampliação da inserção profissional feminina.

2. OPINIÕES SOBRE A DIVISÃO DE GÊNERO DO TRABALHO DOMÉSTICO: UM ESTUDO EMPÍRICO

O objetivo do estudo apresentado neste capítulo é caracterizar opiniões de adultos sobre a divisão de gênero de atividades domésticas na família, relacionando-as a aspectos ideológicos envolvendo o gênero. Além disso, buscamos verificar a distribuição social dessas opiniões, avaliando eventuais diferenças ligadas às condições de vida dos participantes. Destacamos três características sociais: a renda dos participantes, um modo de se aproximar de sua classe econômica, o que, por sua vez, é indicativo dos recursos que podem ser mobilizados pelas pessoas e constitui um tipo de poder socialmente importante (Bourdieu, 1986; Wachelke, 2017); a faixa etária, dados os contrastes na adesão a modelos domésticos de diferentes gerações, como relatado nos estudos de Poeschl (2000) e Villas Boas et al. (2014); e o gênero, operacionalizado como sexo dos participantes para fins da pesquisa. A pesquisa busca contribuir para o entendimento sobre o tema ao avaliar as variáveis pertinentes de modo

quantitativo numa amostra um pouco maior que a dos estudos de contexto cultural semelhante revisados.

O estudo baseia-se em dados da Pesquisa de Percepções Sociais e Opiniões (PEPSO), com coleta de dados realizada em 2017, em projeto realizado na cidade de Uberlândia pelo grupo de pesquisa Eclipse – Laboratório de Ideologia e Percepção Social da Universidade Federal de Uberlândia. Trata-se de uma pesquisa exploratória de opinião pública com amostra não-probabilística diversificada em termos de sua composição, em que adultos foram entrevistados em locais públicos e em suas residências. A PEPSO teve por temática a ideologia e relações de gênero envolvendo homens e mulheres.

A pesquisa teve um total de 1000 respondentes, todos adultos residentes em Uberlândia, Minas Gerais. Para o presente estudo, a amostra foi composta por respondentes que não tivessem dados omissos relativos às informações sobre seu sexo, renda familiar e idade, e tampouco sobre opiniões acerca da divisão de gênero de atividades familiares. O estudo teve uma amostra de 955 respondentes, equilibrada quanto ao sexo biológico: 501 (52,4%) eram mulheres. As idades dos participantes variaram de 20 a 49 anos ($M = 32,5$; $DP = 8,6$). Os participantes foram agrupados em três faixas etárias: 20 a 29 anos ($n = 406$ ou 42,5%; $M_{idade} = 24,4$; $DP_{idade} = 2,9$), 30 a 39 anos ($n = 313$ ou 32,8%; $M_{idade} = 33,8$; $DP_{idade} = 3,1$) e 40 a 49 anos ($n = 236$ ou 24,7%; $M_{idade} = 44,5$; $DP_{idade} = 3,2$). Quanto à renda familiar, foram considerados quatro grupos: R1 ($n = 206$; 21,6%), de nenhuma renda até 2 salários-mínimos (à época da pesquisa, R\$ 1.874); R2 ($n = 255$; 26,7%), entre 2 e 3 salários-mínimos (de R\$ 1.875 a R\$ 2.811); R3 ($n = 266$; 27,9%), entre 3 e 5 salários-mínimos (de R\$ 2.812 a R\$ 4.685); e R4 ($n = 228$; 23,9%), mais de 5 salários-mínimos (mais de R\$ 4.685).

Houve um cruzamento das características sociais para contemplar as peculiaridades das configurações sociais envolvendo os participantes. A Tabela 1 apresenta as frequências das 24 configurações. As primeiras duas letras de cada configuração dizem respeito às faixas de renda (r1, r2, r3, r4), seguidas pelo sexo (sM para sexo masculino e sF para feminino) e faixa etária (f20 para 20-29 anos; f30 para 30-39 e f40 para 40-49).

O instrumento foi um roteiro de entrevista estruturada, um questionário aplicado oralmente por um entrevistador. O instrumento da PEPSO continha seções referentes aos conceitos de masculino e feminino, às atividades de lazer de homens e mulheres, e à divisão de papéis de gênero nas famílias. São descritas aqui as seções sobre divisão de papéis na família e dados sociodemográficos.

Tabela 1- Frequências absolutas e relativas de configurações sociais envolvendo combinações de renda familiar, sexo e faixa etária dos participantes.

Config. social	Freq. (%)	Config. social	Freq. (%)	Config. social	Freq. (%)
r1sMf20	63 (6,6)	r1sMf30	12 (1,3)	r1sMf40	15 (1,6)
r1sFf20	64 (6,7)	r1sFf30	29 (3)	r1sFf40	23 (2,4)
r2sMf20	50 (5,2)	r2sMf30	41 (4,3)	r2sMf40	30 (3,1)
r2sFf20	63 (6,6)	r2sFf30	44 (4,6)	r2sFf40	27 (2,8)
r3sMf20	37 (3,9)	r3sMf30	49 (5,1)	r3sMf40	42 (4,4)
r3sFf20	54 (5,7)	r3sFf30	49 (5,1)	r3sFf40	35 (3,7)
r4sMf20	32 (3,4)	r4sMf30	51 (5,3)	r4sMf40	32 (3,4)
r4sFf20	43 (4,5)	r4sFf30	38 (4)	r4sFf40	32 (3,4)

Fonte: Elaborado pelos Organizadores.

Os participantes avaliaram atividades realizadas por pais e mães em famílias, e indicaram se correspondiam, em suas opiniões, a atribuições do homem ou da mulher. Foram apresentadas doze atividades ou situações, divididas em três categorias, conforme divisão temática realizada pelos autores com base na revisão de literatura efetuada para o estudo: divisão de despesas e trabalho (pagar despesas da família, trabalhar fora de casa), tarefas de manutenção da casa (limpar a casa, lavar a louça, cozinhar no dia a dia, realizar consertos na casa, fazer compras no supermercado), e cuidado e educação dos filhos (brincar com filhos, acompanhar atividades escolares, interferir quando filhos fazem algo errado, levar filhos ao médico). Houve cinco opções de resposta: *Quase sempre do homem*, *Mais do homem*, *Mais da mulher*, *Quase sempre da mulher*, e *de ambos igualmente*. Caso o respondente não soubesse optar por uma das alternativas, ele podia marcar a opção “?”.

Uma equipe de aplicadores formada por estudantes e profissionais vinculados ao grupo de pesquisa, devidamente treinados, realizou a pesquisa. A coleta se deu de duas formas, a primeira em locais de grande circulação de Uberlândia como praças e ruas, e a segunda em residências de bairros de regiões variadas da cidade, de forma a abranger maior diversidade e heterogeneidade da amostra. A coleta de dados ocorreu em horários e dias da semana variados, para atenuar vieses de seleção dos participantes (por exemplo, participação apenas de pessoas que não trabalham presentes em residências durante o horário comercial). Os aplicadores interpelaram transeuntes ou convidaram pessoas adultas presentes em residências a participarem. Após a confirmação do interesse, os aplicadores

apresentaram um cartão de instruções e explicaram-lhes verbalmente as informações. Posteriormente, realizaram a entrevista. De acordo com a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, as pesquisas de opinião pública com participantes anônimos, caráter a que se dispõe esta pesquisa, não são avaliadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Após a coleta, analisamos os dados utilizando o Programa R (R Core Team, 2017), para realizar análises de frequências e uma análise de correspondências de uma tabela de contingências empilhada (Greenacre, 2007). Essa análise permite estudar associações entre linhas e colunas de uma tabela, decompondo as variações dos dados (inércia) em relação ao perfil médio da amostra em dimensões – também chamadas fatores ou eixos. Os valores que indicam as frequências das linhas e colunas da tabela em relação aos totais, isto é, perfis relativos, são representados como pontos numa projeção síntese das principais associações e contrastes dessa tabela. Pontos próximos têm proporções associadas parecidas; pontos distantes um do outro têm proporções bem diferentes. A tabela de contingências empilhada diz respeito à sobreposição de diversas tabelas com os mesmos indivíduos; concatenando-as, com uma só análise, é possível ter os resultados resumidos num mesmo espaço dimensional (Greenacre, 2007). Na análise específica deste capítulo, as variáveis em linha foram as modalidades de sexo, renda familiar, faixa etária e configuração social, e em coluna as respostas de opinião que atribuíam ao homem, à mulher ou a ambos a responsabilidade de realizar as atividades domésticas mencionadas. Os pacotes específicos do R que utilizamos foram *FactoMineR* (Lê, Josse, & Husson, 2008) para calcular a análise e *sjPlot* (Lüdtke, 2018) e para gerar gráficos.

Aglutinamos as respostas “quase sempre o homem” e “mais o homem”, bem como as respostas “quase sempre a mulher” e “mais a mulher”; a intenção foi de caracterizar a quem, na família mononuclear, o participante atribuiu responsabilidade por cada tarefa, e não avaliar a frequência dessa atribuição. As opções de resposta com gradações tiveram por objetivo permitir respostas moderadas (opções “mais o/a”), para evitar que os respondentes escolhessem a categoria “ambos” como um refúgio, se tivessem percepção tendendo para um dos sexos.

A Figura 1 apresenta as respostas da amostra total ($n = 955$) referentes à opinião quanto a quem, numa família, cabe a responsabilidade pela realização das atividades domésticas. As atividades de limpar a casa e cozinha são atribuídas majoritariamente às mulheres, com proporções importantes de atribuição a ambos e quase total ausência de responsabilidade masculina. Outras respostas que têm alta proporção de atribuição às mulheres, mas maior proporção de

respostas “ambos”, são lavar a louça, levar filhos ao médico, e acompanhar atividades escolares. Algumas atividades de cuidado com os filhos apresentam indicação de responsabilidade masculina exclusiva um pouco maior, mas ainda inferior à feminina, e ambas inferiores às respostas dominantes de responsabilidade a ambos: brincar, levar à escola, interferir quando filhos fazem algo errado. A única atividade marcadamente atribuída majoritariamente aos homens é a de realizar consertos em casa. Contudo, as duas atividades de natureza econômica – pagar as despesas e trabalhar fora de casa – têm poucas respostas de atribuição à mulher, resposta majoritária de atribuição a ambos, e proporções importantes de responsabilização masculina, especialmente no caso das despesas.

Após descrever as proporções gerais de respostas, a análise de correspondências possibilitou identificar as principais associações das atribuições de atividades com as características sociais dos participantes. Houve duas dimensões, responsáveis por 57,4% da inércia total. Consideramos importantes somente modalidades de variáveis com contribuições a cada fator superiores à média ou com qualidade de representação elevada – optamos pelo critério de 0,40, que significa que pelo menos 40% da variação da modalidade fossem explicadas pela dimensão, de acordo com indicações de LeRoux e Rouanet (2004).

A primeira dimensão, responsável por 33,4% da inércia, opõe principalmente as respostas de homens (contribuição para o fator, CF = 9,7; qualidade da representação, $\cos^2 = 0,58$) e participantes das faixas etárias mais elevadas, principalmente de 30 a 39 anos (CF 30-39 anos: = 4,2; $\cos^2 = 0,54$; CF 40-49 anos: 3,3; $\cos^2 = 0,24$), bem como de configurações específicas de homens envolvendo especialmente rendas mais elevadas e maior faixa etária (destacando homens da maior faixa de renda e com idade entre 40 a 49 anos, CF = 20,7; $\cos^2 = 0,80$), a participantes do sexo feminino (CF = 8,8; $\cos^2 = 0,58$), ou da faixa etária de 20 a 29 anos (CF = 10,2; $\cos^2 = 0,67$), ou configurações específicas que destacam mulheres de rendas inferiores e a faixa etária menor, especialmente mulheres com até 2 salários mínimos de renda e 20 a 29 anos (CF = 4,7; $\cos^2 = 0,76$) e mulheres com rendas entre 3 e 5 salários mínimos e 20 a 29 anos (CF = 3,2; $\cos^2 = 0,63$). Enquanto estes opinam mais que o perfil médio da amostra que as tarefas trabalhar fora (CF = 3,7; $\cos^2 = 0,71$), pagar despesas (CF = 8,3; $\cos^2 = 0,75$), e consertar coisas (CF = 2,9; $\cos^2 = 0,49$) cabem a ambos, aqueles definem mais que o perfil médio da amostra atividades de um rol ainda maior, como responsabilidade de um dos sexos. Para esse segundo grupo de participantes, há proporções maiores de respostas que direcionam ao homem a responsabilidade

por trabalhar (CF = 12,9; $\cos^2 = 0,76$), pagar despesas (CF = 11,1; $\cos^2 = 0,79$), acompanhar atividades escolares dos filhos (CF = 8,3; $\cos^2 = 0,64$), levar os filhos à escola (CF = 8,7; $\cos^2 = 0,65$) e interferir quando filhos fazem coisas erradas (CF = 11,8; $\cos^2 = 0,63$).

Na segunda dimensão, o contraste se dá entre homens (CF = 9,1; $\cos^2 = 0,39$) e jovens da faixa dos 20 a 29 anos (CF = 4,6; $\cos^2 = 0,22$), e configurações específicas envolvendo rendas mais baixas, sexo masculino e faixas de 20 a 39 anos (especialmente homens com renda familiar entre 2 e 3 salários mínimos e 20 a 29 anos, CF = 12,8; $\cos^2 = 0,68$), que atribuem a ambos os sexos uma série de atividades mais que o perfil geral da amostra, especialmente no que diz respeito ao cuidado dos filhos (CF levar filhos à escola = 2,9, $\cos^2 = 0,61$; CF acompanhar atividades escolares = 4,1, $\cos^2 = 0,66$; CF interferir quando filhos fazem algo errado = 3,4, $\cos^2 = 0,63$; CF brincar com filhos = 1,9, $\cos^2 = 0,66$); e mulheres (CF = 8,2; $\cos^2 = 0,39$) e mais fortemente participantes da faixa de 40 a 49 anos (CF = 12,7; $\cos^2 = 0,66$), bem como algumas configurações diversificadas, com destaque para mulheres com renda de até 2 salários mínimos e 40 a 49 anos (CF = 8,5; $\cos^2 = 0,72$), que tendem na maior parte das atividades importantes para o fator a indicar que cabe à mulher realizá-las. As maiores contribuições residem nas atividades ligadas à interação com os filhos: acompanhar atividades escolares (CF = 7,8; $\cos^2 = 0,64$), interferir quando fazem algo errado (CF = 10,8; $\cos^2 = 0,66$), brincar com eles (CF = 10,6; $\cos^2 = 0,79$) e levá-los à escola (CF = 7,9; $\cos^2 = 0,64$).

A Figura 2 apresenta as distribuições de respostas pelas modalidades das características sociais ligadas a duas atividades que mostraram variações importantes: trabalhar fora de casa, com contribuição de maior magnitude para a primeira dimensão, e interferir quando filhos fazem algo errado, pertinente para os dois fatores. Essas duas atividades ilustram alguns dos contrastes mais fortes encontrados. Quanto a trabalhar fora de casa, as respostas que designam a ambos os sexos a responsabilidade da atividade são majoritárias, mas há uma diferença de dez pontos percentuais nessa categoria para as participantes mulheres, e de doze pontos para os homens quanto à responsabilidade exclusiva masculina. Com as faixas etárias, há crescente tendência entre os mais jovens a aumentarem as respostas igualitárias e diminuírem as proporções de exclusividade masculina, também implicando variações que chegam nos extremos a cerca de dez pontos percentuais. Por fim, quanto às combinações de renda, sexo e faixa etária dos participantes, as combinações com sexo masculino e faixa de 40 a 49 anos apresentaram maiores proporções de respostas atribuindo

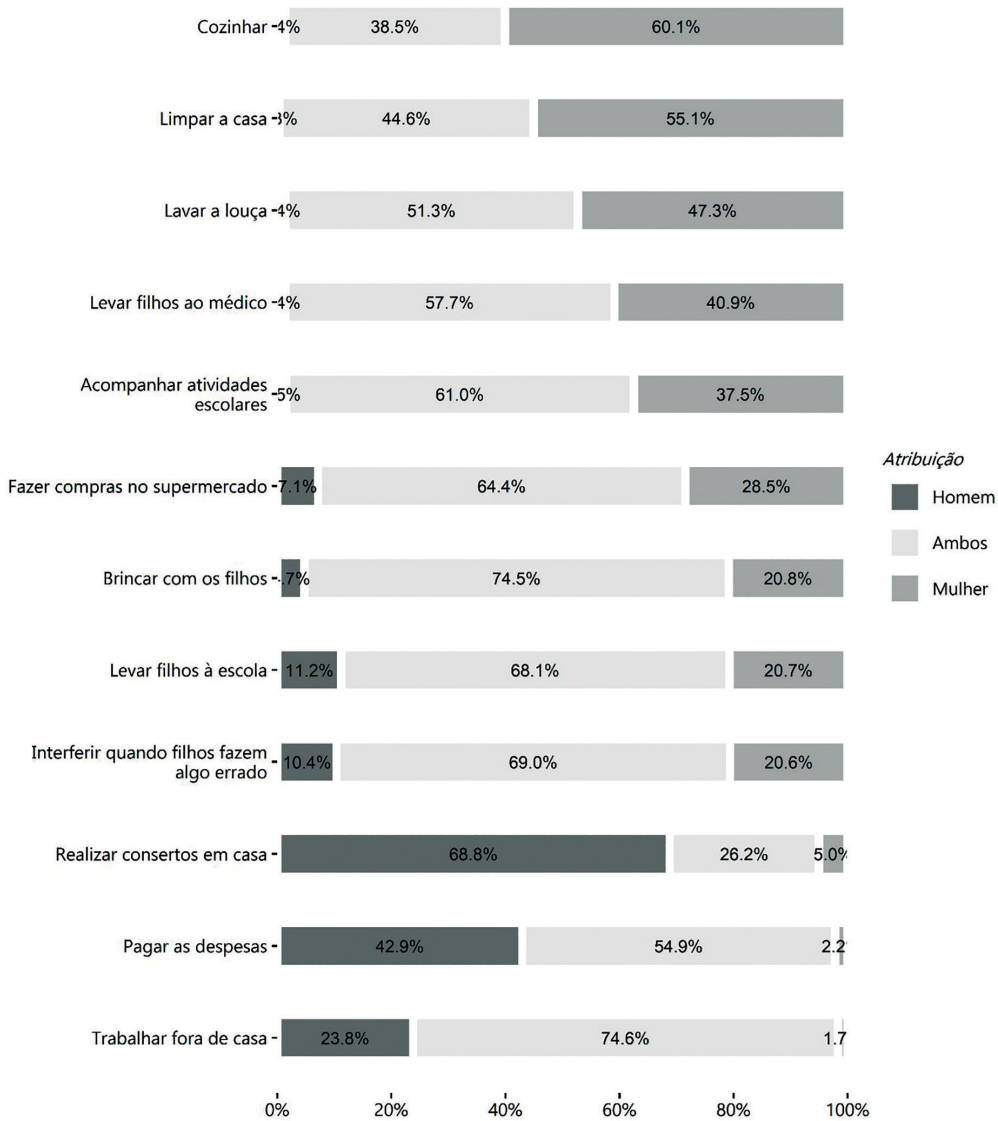
ao homem o trabalho fora de casa: entre os homens com 40 a 49 anos e faixa de renda mais elevada, essa proporção chega a 0,56, bem superior à proporção geral da amostra (0,24).

As atribuições de responsabilidade por interferir quando os filhos fazem algo errado tiveram as participantes mulheres enfatizando mais essa tarefa como sua, enquanto os homens atribuem mais que elas a ambos e aos homens. Contudo, trata-se de diferenças de proporções de menos de dez pontos percentuais. Nas faixas de renda, os participantes mais jovens tiveram mais respostas igualitárias que os demais, enquanto que os mais velhos destacaram-se por atribuir a tarefa exclusivamente a um dos sexos. Essas mesmas diferenças se encontram também nas proporções associadas às combinações de características sociais; a renda por si só não apresenta grandes contrastes ou especifica o papel de outras variáveis.

3. IDEOLOGIA E CONTRAIDEOLOGIA

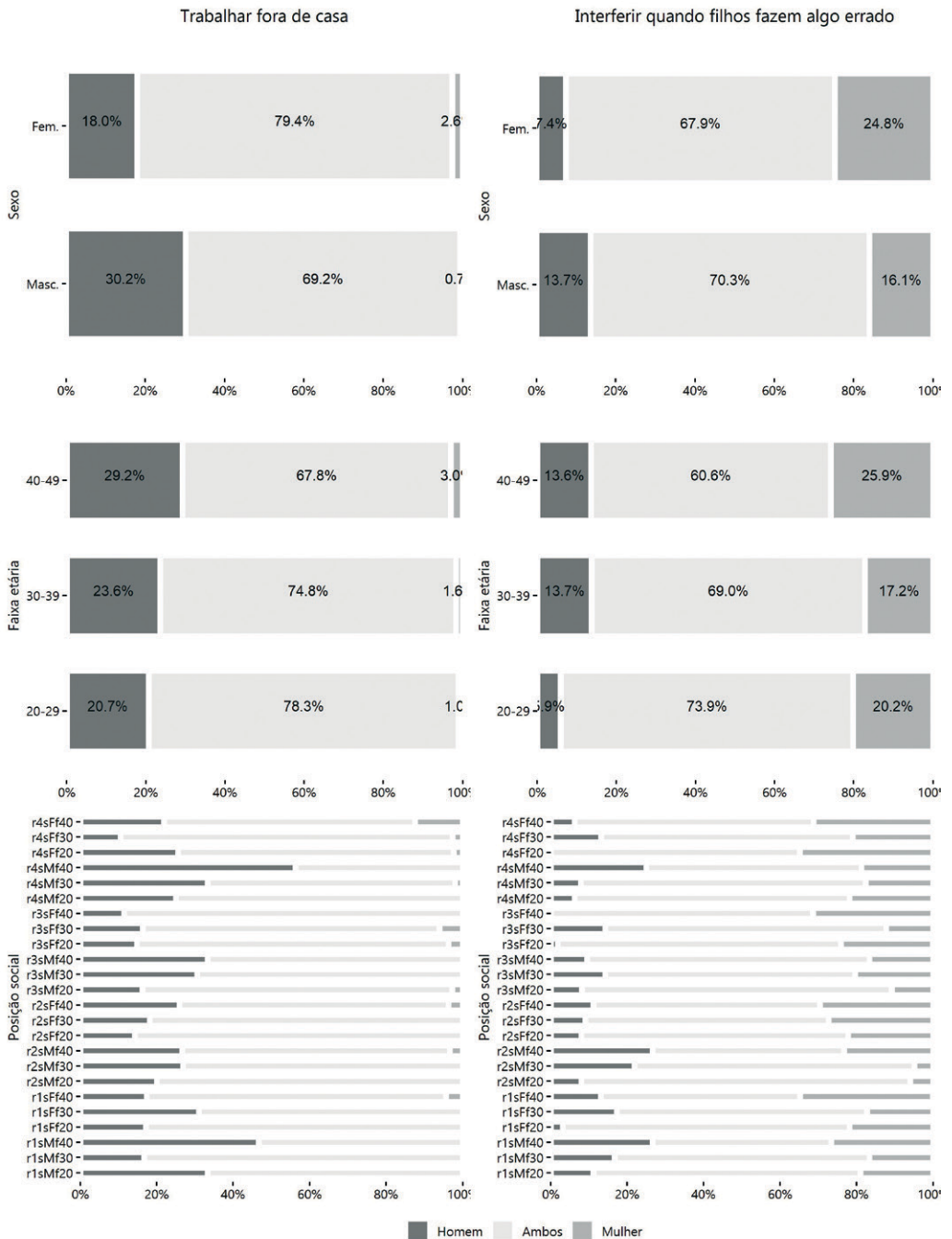
Os resultados do estudo indicam mais a pertinência de diferenças gerais na amostra a respeito das divisões de papéis de gênero nas atividades domésticas familiares que associações de atribuições com características sociais. Os padrões gerais indicam por vezes clivagens importantes na amostra que, entretanto, não se encontram fortemente ligadas às configurações de variáveis sociais dos participantes.

Figura 1- Respostas da amostra geral de atribuição de responsabilidade a homens e mulheres acerca da realização de atividades domésticas familiares.



Fonte: Elaborada pelos Organizadores.

Figura 2- Proporções de respostas de atribuição de responsabilidade a trabalhar fora de casa e interferir quando filhos fazem algo errado, organizadas por características sociais.



Fonte: Elaborada pelos Organizadores.

A literatura teórico-analítica e os estudos empíricos apontam que cabe à mulher a maior parte das atividades domésticas (Greenstein, 1996; Poeschl, 2000; Simões, & Matos, 2010; Villas Boas et al., 2014), e no presente estudo houve atribuição majoritária à mulher, por parte da amostra geral, às atividades de cozinhar e limpar a casa. Contudo, para a maior parte das demais atividades, houve maior proporção de respostas igualitárias – atribuição a ambos os sexos –, por vezes equilibrada com atribuições femininas. As respostas de atribuição masculina destacaram-se somente na realização de concertos e, superadas pela atribuição igualitária, nas atividades ligadas ao trabalho e despesas. Para as demais, as proporções de respostas masculinas foram pouco importantes.

Assim, as percepções dos participantes parecem sustentar os aspectos mais marcantes da concepção tradicional caracterizada pelo homem provedor como principal responsável pelas despesas – talvez até mesmo por um entendimento de que o trabalho feminino, uma realidade, tem remuneração ou valor inferior ao masculino, e, portanto, não poderia contribuir tanto para a vida familiar –, e pela mulher cuidadora da casa, que cozinha e limpa.

No entanto, para as demais atividades, abrangendo tanto aspectos de manutenção doméstica quanto do cuidado com os filhos, as respostas fornecidas com maior frequência foram as que consideram que ambos, homem e mulher, devem desempenhar as tarefas domésticas. Assim, o estudo aqui relatado sugere um ponto de vista um pouco diferente em relação aos padrões encontrados na literatura, que enfatiza a realização de práticas, com menos foco na percepção de quem deve ser responsável pelas atividades.

A esse respeito, cabe lembrar, contudo, que Villas-Boas, Oliveira e Las Heras (2014) observaram que mulheres jovens tendiam a ter opiniões mais igualitárias, e Poeschl (2010) também deparou com maiores proporções de atribuições equilibradas, condicionadas, entretanto, pela situação de emprego dos integrantes da família. Como não avaliamos isso diretamente no nosso questionário, podemos apenas inferir que a maior parte dos participantes teve por referência uma família em que a mulher trabalhava, já que quase três quartos das respostas atribuíam a ambos os sexos o trabalho fora de casa. No entanto, isso não significa que seja uma ocupação com a mesma importância ou prestígio do trabalho masculino, dado que o trabalho dos gêneros é valorizado diferentemente: há conhecido e documentado desequilíbrio salarial em favor dos homens, como demonstram estudos como os de Pinheiro, Lima Júnior, Fontoura e Silva (2016) e Madalozzo e Artes (2017).

Talvez o entendimento de que as mulheres supostamente tenham uma ocupação menos importante, por ter remuneração inferior – à semelhança dos participantes de Poeschl (2010), que na situação de desemprego feminino tenderam a considerar justo que a mulher desempenhasse a maior parte das atividades domésticas – funcione como justificativa para atribuir mais atividades a elas, juntamente com o peso das crenças ideológicas a respeito de papéis de gênero, abordadas em Bourdieu (2002) e Eagly e Wood (2012), dentre outros. Isso pode explicar as proporções maiores de respostas de atribuição feminina às atividades, em comparação às masculinas. Parece pertinente ressaltar, de todo modo, que se trata de proporções elevadas às respostas igualitárias obtidas num estudo com tamanho amostral mais elevado que o das pesquisas revisadas, ainda que não se possa generalizá-lo estatisticamente devido ao caráter não-aleatório da amostra.

A atribuição majoritária de divisão igualitária de sexo às tarefas indica uma tendência de mudança substancial na amostra, uma vez que contradiz estereótipos, práticas e percepções tradicionais ligadas a essa esfera. Contudo, não se pode descartar a existência de um viés nos resultados, na medida em que parte dos participantes pode ter respondido desse modo para alinhar-se com percepções mais aceitas socialmente nos dias atuais, em que o sexismo vem sendo questionado; nesse caso, há que se considerar o fenômeno da desabilitação social, descrito, entre outros, por Paulhus (1984). Porém, mesmo face a eventuais problemas desse tipo, defendemos que os resultados são efeitos de uma mudança social real em termos das concepções de gênero no contexto familiar.

A mudança na cultura a respeito do gênero envolve crenças, opiniões, percepções, normas e, evidentemente, práticas. As alterações na composição da força de trabalho, com a maior inserção feminina no trabalho assalariado, mencionada já em Simões e Matos (2010) e Matias et al. (2011), implicam uma mudança de práticas que frequentemente é o motor por trás de como as pessoas representam a realidade em termos de concepções (Flament, 1994), o que envolve suas opiniões. A ascensão do movimento feminista, que se tornou mais intenso a partir da década de 1960, teve impacto cultural forte, problematizando e modificando as relações de gênero de forma ampla, abrangendo influência em domínios variados como ideias do senso comum, práticas científicas e políticas públicas (Farah, 2004; Heywood, 2010; Keller, 2006).

A predominância de respostas igualitárias na divisão de atividades domésticas, nesse contexto, diz respeito ao sucesso de novas maneiras de entender as relações de gênero, expressando o entendimento de que a assimetria correspondente às concepções tradicionais de homem provedor e mulher cuidadora

são inadequadas. Dentro do entendimento de ideologia como interpretação com efeitos políticos, as concepções elaboradas e disseminadas relacionadas ao movimento feminista constituem também conhecimento ideológico, e as mudanças em opiniões e percepções relatadas são evidências do sucesso do trabalho de consolidação e validação dessas ideias, constituindo uma contraideologia no que se refere à ideia da dominação masculina. Trata-se de uma instância, possivelmente, do processo de inovação propiciado por minorias sociais estudado e elaborado teoricamente por Moscovici (2011), em que um grupo organizado e consistente desafia perspectivas majoritárias e consegue com que sua posição seja ao menos reconhecida como uma alternativa ao pensamento tradicional. No caso da divisão de tarefas em casa, o reconhecimento da inadequação da divisão de atividades tradicional e assimétrica parece ter mesmo ultrapassado esse estágio, já que se apresenta como novo padrão mais frequente. A maior importância das respostas igualitárias junto aos participantes mais jovens, encontrada nos resultados e que encontra paralelo no estudo de Poeschl (2010), serve como indicador de consolidação futura dessa nova maneira de pensar, vinculada a dinâmicas geracionais, que ainda apresenta possibilidades de expansão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe ressaltar a distância entre pensar novas práticas, falar em novas práticas – que constituem práticas discursivas – e passar para a adoção concreta de práticas em termos de divisão de tarefas. Esta pesquisa não caracterizou propriamente práticas no sentido de divisões concretas de tarefas, mas a literatura em diversos contextos aponta que as práticas geralmente se encontram alinhadas majoritariamente com perspectivas tradicionais. Ainda que se considere que esteja ocorrendo algum processo de mudança nesse nível, pois pelo menos as práticas discursivas encontram-se sob influência de novos modos de pensar, e se entende que a linguagem tem papel estruturante para o entendimento que as pessoas fazem da realidade, na sua condição de suporte material de ideologias (Orlandi, 2015), em nível observável aparenta ser um processo lento. Como explicar eventuais discrepâncias entre o que as pessoas indicam verbalmente e como de fato ocorre a divisão de tarefas familiares em contextos concretos?

Dentre diversos modos de explicar essa lacuna, não se deve subestimar a ação de mecanismos psicológicos de harmonização de contradições, como a dissonância cognitiva (Festinger, 1957). Frente à constatação de uma eventual aceitação de normas igualitárias que contradiz uma divisão injusta de tarefas em alguma família, uma possibilidade para lidar com essa incompatibilidade

poderia estar, por exemplo, na supervalorização da contribuição masculina, equalizando desempenhos desiguais de homens e mulheres, ou tratando como contribuições efetivas e regulares as intervenções masculinas que poderiam ser mais bem descritas como “ajuda” pontual, secundária e complementar. Afinal, se existe um esforço coletivo que resulta na constituição de uma ideologia feminista que questiona as relações de gênero existentes e propõe sua redefinição, também a ideologia da dominação masculina permite redefinições e ajustes que implicam a permanência de estratégias a ela atreladas, na forma de práticas discursivas e também arranjos institucionais imbricados em práticas que perpetuam a divisão tradicional, como a imposição de dupla jornada a mães trabalhadoras. A modificação dessas estruturas tradicionais é difícil e lenta, demandando questionamento forte e generalizado, pois se trata de modos de pensar que se mostraram pertinentes por muito tempo, o que lhes confere uma inércia que resulta em estabilidade, isto é, resistência a mudanças.

O estudo aponta predominância de percepções de que a divisão de tarefas domésticas por gênero numa família nuclear deve ser igualitária entre homem e mulher, salvo no que diz respeito a algumas atividades mais fortemente ligadas aos estereótipos do homem provedor – trabalhar fora, consertar coisas – e da mulher cuidadora – limpar a casa. As respostas apresentaram baixo nível de variação social, ainda que os resultados apontem para aceitação crescente da divisão mais igualitária nas faixas etárias mais jovens. Interpretamos os resultados como indício de um conflito entre uma ideologia tradicional, sexista e ligada à legitimação e consumação da dominação masculina no âmbito doméstico, e outra igualitária decorrente da luta feminista.

Mesmo que as práticas discursivas apontem na direção de mudança na divisão concreta das atividades, aspecto que não foi avaliado diretamente no estudo, provavelmente esse processo só irá se tornar mais claro e capaz de obter sucesso se medidas concretas para favorecer a mudança nesse nível forem efetuadas. A exemplo do preconceito, que pode ser combatido por meio da criminalização da discriminação, favorecendo a interiorização de normas antirracistas por gerações posteriores a mudanças legislativas (Lima, 2013), medidas que estimulem a redivisão de tarefas concretamente provavelmente acelerariam modificações. Exemplo que pode ser dado é o que ocorre em países como a Noruega, em que legalmente parte da licença maternidade deve ser gozada obrigatoriamente pelo pai da criança, o que tanto dá condições à mãe retomar a atividade profissional quanto resulta na realização de diversas tarefas domésticas de manutenção do lar e do cuidado com os filhos por parte dos pais.

Como limitação do estudo que deve ser ressaltada, além dos aspectos já aludidos referentes a não termos avaliado diretamente as práticas de divisão de tarefas e também as limitações metodológicas de validade de respostas inerentes ao método de levantamento de dados, é importante ressaltar que a estratégia exploratória e descritiva de análise dos dados impede a generalização estatística dos resultados. Ademais, entendendo que a inferência estatística demandaria amostragem probabilística, sob pena de obtenção de resultados incorretos (Berk & Freedman, 2003), recomendamos que a pertinência dos resultados para outros contextos seja avaliada somente por meio de realização de estudos semelhantes ou da análise de semelhanças de amostras, instrumentos, e assim por diante.

Finalmente, a principal sugestão de curso de ação para pesquisas futuras, além da verificação da reprodução dos padrões encontrados, está na caracterização de práticas concretas de divisão de tarefas domésticas e na sua relação com as atribuições realizadas. Desse modo, haverá mais elementos para compreender a lógica social subjacente ao conflito ideológico identificado e a permanência ou transformação de modos de agir a respeito. De todo modo, a existência de uma disputa, de tensão na ideologia, é positiva: é etapa necessária, ainda que não suficiente, para combater o processo de exclusão na instância das relações de gênero em ambiente doméstico.